



CARACTERIZAÇÃO DE CASOS DE NOTIFICAÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES POR MUNICÍPIOS DO ESTADO NO PARANÁ ENTRE OS ANOS DE 2011 E 2021

¹Vanessa Padilha Wosniak wosniak@ufpr.br ; ² Tainá Ribas Melo ribasmelo@gmail.com

³Clóvis Wanzinack cloviswa@gmail.com

Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral

GT 6 – Gênero, Saúde e Desenvolvimento

RESUMO

A violência é uma preocupação para saúde pública de ordem global e incide em diferentes fases da vida, porém, no caso de crianças e adolescentes é mais preocupante considerando a vulnerabilidade dessa faixa etária. O objetivo deste estudo foi investigar a violência sexual praticada contra crianças e adolescentes nos municípios do Paraná entre os anos de 2011 e 2021, por meio da análise das fichas de notificação de violência interpessoal e/ou autoprovocada. Foram calculadas taxas por 100 mil crianças e adolescentes sendo as variáveis do estudo os municípios do Estado do Paraná e o sexo das vítimas. Os resultados indicam que meninas sofrem em média 5 vezes mais violência sexual que meninos. Os municípios de fronteira com o Paraguai, Mercedes e Foz do Iguaçu, assim como o município de Pato Branco apresentaram altas taxas tanto para meninas quanto para meninos o que indica a necessidade de mais estudos nesses territórios. Foi verificado um alto número de ausência de notificações, sendo que 14,7% dos municípios (n=59) não apresentaram nenhuma notificação de violência sexual nos 11 anos de análise.

Palavras-chave: violência infantil, abuso infantil, criança, adolescente, notificação.

INTRODUÇÃO

A violência é um problema histórico e intersetorial que atinge todas as classes sociais e faixas etárias, causa a diminuição da qualidade de vida individual e coletiva e se apresenta como um grave problema de saúde pública em nível global (MINAYO; SOUZA, 1997).

No caso de crianças o problema da violência é mais grave, considerando a vulnerabilidade dessa faixa etária e dependência de cuidadores para provimento de suas necessidades, o que os coloca em situação de maior risco. Os efeitos da violência em crianças e adolescentes podem persistir até a idade adulta, afetando sua saúde, acarretando problemas nas esferas de educação até mesmo na cadeia produtiva (INSPIRE, 2017).



O tema da violência contra crianças e adolescentes entrou de forma definitiva na agenda pública brasileira na década de 1990, com a publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei que prevê proteção integral às crianças e adolescentes brasileiras e estabelece os direitos e deveres do Estado e dos cidadãos responsáveis por essa população. Desde o ECA diversas outras legislações foram publicadas no Brasil, sendo o país uma importante referência mundial nas leis de proteção às crianças e adolescentes, mas apesar de todas as legislações vigentes, existe ainda, por parte da sociedade, a negação do direito que crianças e adolescentes têm de serem tratados como sujeitos e pessoas em condições especiais de crescimento e desenvolvimento (MINAYO, 2001).

A Agenda 2030, acordo global firmado em 2015, no qual 193 países se comprometeram em atingir os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelece 169 metas, e apesar de nem todas essas metas fazerem referência às crianças e adolescentes, todas são relevantes para a vida e desenvolvimento dessa faixa etária, já que propõe uma abordagem integral e nesse sentido, as ações vão de encontro à proteção de seus direitos o que demonstra uma preocupação também em nível global com essa faixa etária.(SPENCER, 2021).

Os ODS estão relacionados à saúde, educação, qualidade da água, igualdade de gênero, cultura da paz e redução significativa de todas as formas de violência. O objetivo 3 faz menção direta a igualdade de gênero, sendo a meta 3.2 eliminar todas as formas de violência contra as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas.

Segundo a OMS, a violência sexual é qualquer ato sexual ou tentativa do ato não desejado, ou atos para traficar a sexualidade de uma pessoa, com atitudes como a repressão, ameaças ou força física, praticado por qualquer pessoa independentemente de suas relações com a vítima, em qualquer cenário (OMS, 2012).

A violência sexual trás graves consequências para a vida das vítimas, a exposição ao abuso sexual prejudica a saúde física e emocional de meninas e adolescentes, além de interferir na convivência familiar e na vida social (LIRA et al., 2017).

Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2022) dos casos de violência sexual registrados no Brasil ano de 2021, 61,3% eram de meninas de até 13 anos. No Estado do Paraná, das 24.719 notificações de violência sexual contra a mulher registradas pelos serviços de saúde em 2021, 18.885 eram de meninas e adolescentes entre 0 e 19 anos (DATASUS, 2022).



O presente estudo teve como objetivo caracterizar a incidência de violência sexual contra crianças e adolescentes no Estado do Paraná, entre os anos de 2011 e 2021. Um período de análise mais longo permite apontar a magnitude do fenômeno e suas tendências.

Esses dados não refletem a totalidade da violência sexual, já que nem todos os casos chegam aos serviços de saúde ou são notificados por eles, mas são um instrumento importante para mapear o perfil da violência nos territórios e permitir a elaboração de políticas públicas direcionadas.

MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de um estudo ecológico do tipo descritivo, no qual foram analisadas as notificações de violência sexual, contra crianças e adolescentes de 0 a 19 anos, no período de 2011 a 2021, no estado do Paraná.

Foram coletados dados secundários oficiais do Ministério da Saúde disponíveis em <http://tabnet.datasus.gov.br>. Estes dados provem da ficha de notificação individual que deve ser utilizada pelo serviço de saúde para notificação de qualquer caso de violência interpessoal ou autoprovocada, no caso de crianças e adolescentes essa notificação foi definida como obrigatória pelo ECA.

Utilizou-se as variáveis: a) total de registros de notificações de violência sexual entre 2011 a 2021 nos municípios do Estado do Paraná; b) sexo das vítimas.

A análise espacial foi feita por meio do software Qgis, um sistema de informação Geográfica livre e aberto, que permitiu a visualização, edição e análise de dados georreferenciados com as respectivas médias por municípios, possibilitando uma análise territorial do problema. Desse modo, foi possível visualizar quais municípios e regiões registraram as maiores taxas de violência contra crianças e adolescentes do sexo feminino e masculino.

Trata-se de pesquisa utilizando exclusivamente dados secundários de domínio público, portanto de acordo com a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, está dispensada de submissão e aprovação pelo Comitê de Ética de Pesquisa com seres humanos.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Entre 2011 e 2021 o Paraná registrou 29.202 notificações de violência sexual, deste total 78% (n=22.978) são contra crianças e adolescentes entre 0 e 19 anos. A violência contra crianças e adolescentes é um problema concreto e que se apresenta claramente quando comparado com o número de notificações.

Ao analisar as notificações de violência por sexo, verifica-se que a maioria foi de meninas, sendo a taxa média /100 mil meninas no Estado do Paraná de 49,37 (n=18.885), enquanto a taxa de meninos foi de 9,31 (n=4.093). Outros estudos recentes sobre violência sexual (SOUTO et al., 2018; KATAGUIRI et al., 2019; MIRANDA et al., 2020) relatam maior incidência de violência em meninas.

A taxa média do estudo é influenciada por municípios que não apresentaram nenhuma notificação no período pesquisado. No caso de meninos, 179 municípios não registraram nenhuma notificação de violência entre 2011 e 2021, ao analisarmos as meninas 69 municípios não apresentaram notificações.

Destes municípios, 56 não registraram notificações nem contra meninos nem contra meninas, isso não indica necessariamente que não houve casos de violência, mas sim que possivelmente não foram notificados pelos serviços de saúde dos municípios, considerando que a presente pesquisa utilizou um período longo de análise, de 11 anos.

Em estudo sobre os fluxos de atenção e notificação da violência infantil apontou-se para as dificuldades dos profissionais para o atendimento às situações de violência, o autor conclui que há necessidade de adotar estratégias de ampliação da capacidade de monitoramento e acompanhamento dos casos notificados (EGRY, 2018).

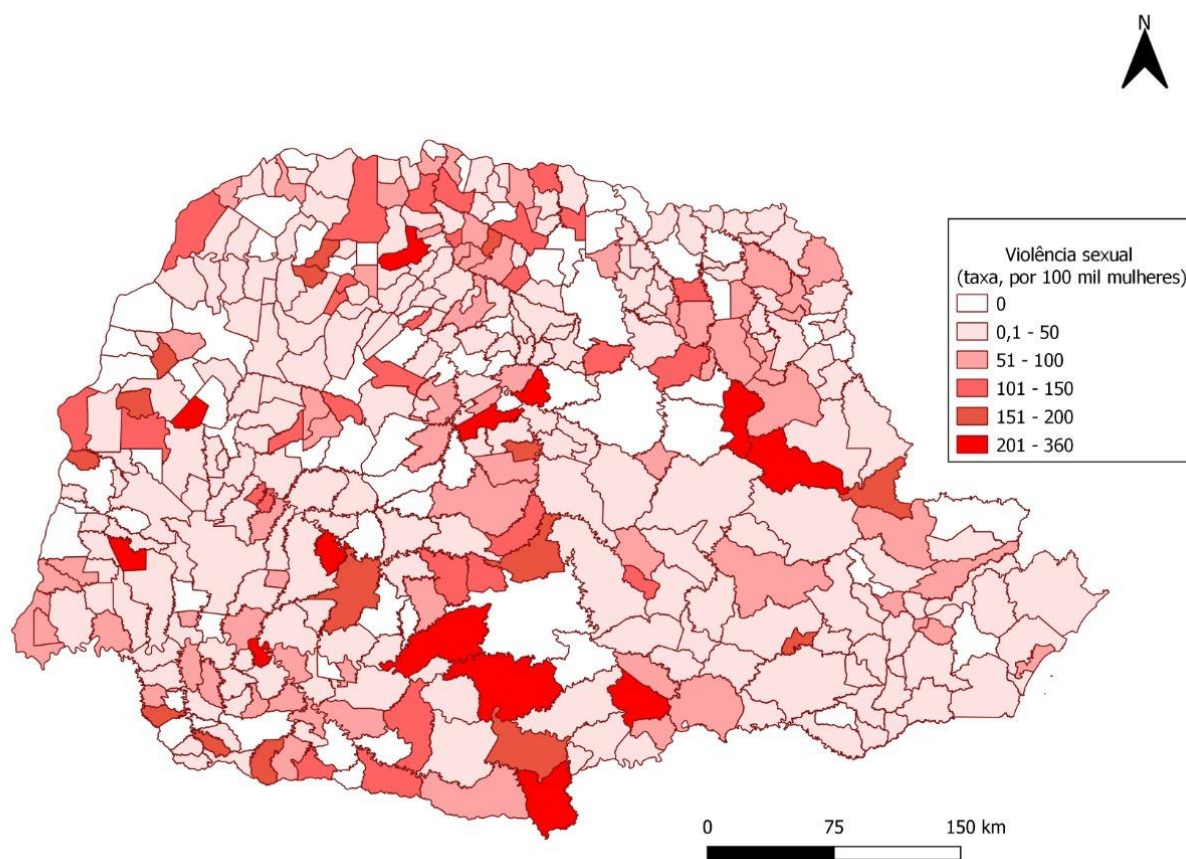
Na revisão sistemática realizada por Macedo et al. (2019), identificou-se que das informações de violência contra a crianças e adolescentes entre os anos de 1990 e 2015, grande parte dos registros estavam incompletos, impossibilitando o uso das fichas de notificação de forma confiável, sendo estas informações descartadas.

Abaixo apresenta-se mapas nos quais é possível visualizar os casos de violência sexual e sua distribuição no Estado do Paraná, de acordo com o sexo. Essa forma de apresentação dos dados



auxilia a visualizar os territórios com maiores e menores taxas bem como compreender possíveis características, como regiões de fronteira.

Figura 1 - Taxa de violência sexual contra meninas de 0 a 19 anos no Estado do Paraná entre 2011 a 2021.



O mapa da figura 1 demonstra que dos 399 municípios do Estado do Paraná, 68 municípios não registraram nenhuma ficha de notificação de violência sexual contra meninas, no período de 11 anos, o que caberia uma investigação mais profunda sobre o não registro de notificações nessas localidades no período.



Abaixo da taxa média do Estado (49,37) temos 201 municípios com notificações com taxa entre 0,1 a 50. Já os demais municípios têm taxas mais altas que a média do Estado, sendo 75 municípios com taxa entre 51 a 100, 28 municípios com taxas entre 101 a 150 e 14 municípios com taxas entre 151 a 200, a taxa nesses locais chega a ser até 4 vezes maior que a média do Estado.

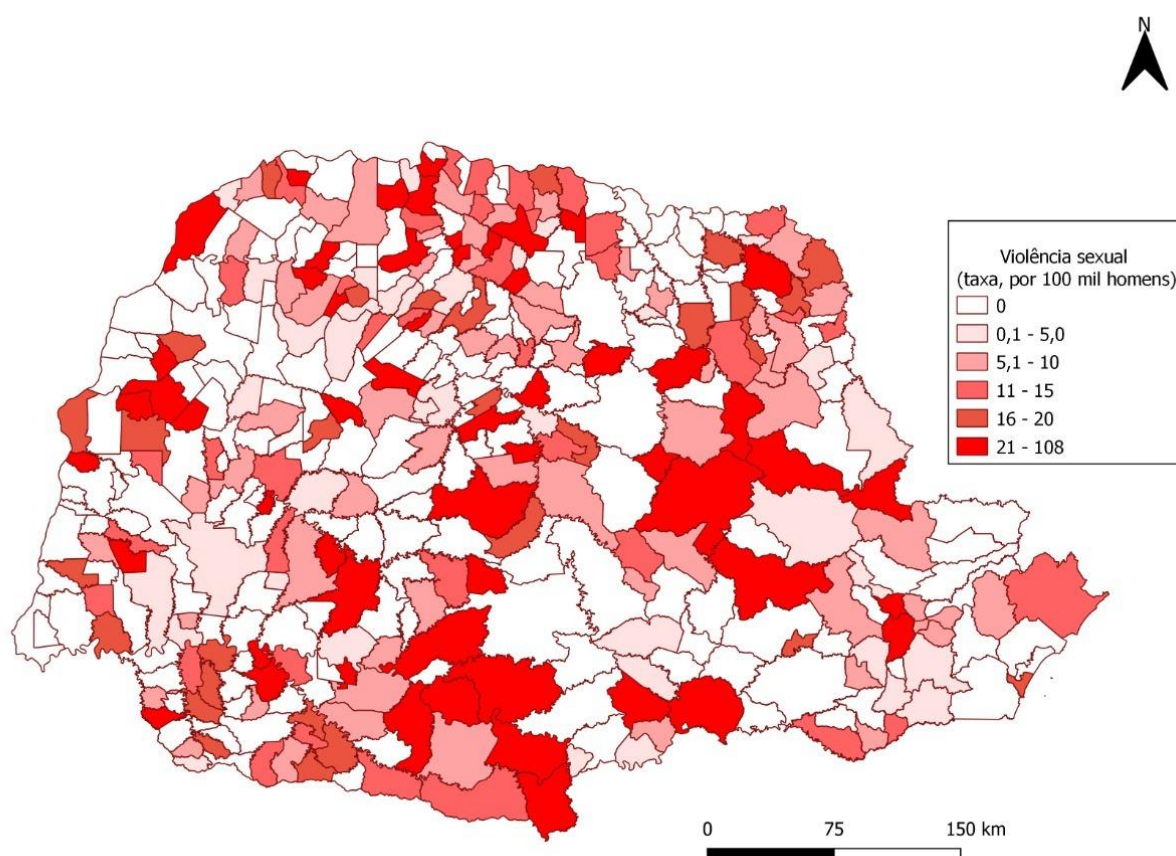
Os demais municípios chegam a ter taxas 7 vezes maiores que a média (201 a 360) são eles respectivamente Coronel Vivida, Ivatuba, Teixeira Soares, Curitiba, Campo Magro, Laranjeiras do Sul, Telêmaco Borba, Cruzeiro do Iguaçu, sendo os municípios com as maiores taxas Bom Sucesso do Sul (307,25), Pato Bragado (307,30), Pato Branco (310,03), Mercedes (343,05) e Foz do Iguaçu (359,54).

Uma constatação referente aos municípios de Pato Bragado, Mercedes e Foz do Iguaçu é que ambos são municípios de fronteira com o Paraguai, embora as situações de violência contra a mulher não sejam específicas desses territórios, elas são agravadas pela histórica presença problemática do Estado nesses locais, deixando mais vulneráveis as populações, sendo estes territórios mais propensos a tráfico de drogas, exploração sexual e violência. (MENEGHEL et al., 2022)

Os outros dois municípios com altas taxas, Bom Sucesso do Sul e Pato Branco fazem parte da 7ª Regional de Saúde do Paraná. O Sistema único de Saúde Brasileiro (SUS) divide os Estados em Regiões de Saúde delimitadas a partir de identidades culturais, econômicas e sociais, fica evidente a necessidade de uma análise mais aprofundada dessa regional de saúde para compreensão dessas altas taxas.

No que se refere a violência sexual perpetrada contra meninos, o mapa apresentado na figura 2 abaixo, nos mostra que dos 399 municípios do Estado do Paraná, 179 municípios não registraram nenhuma ficha de notificação no período de 11 anos. Os dados indicam, além de uma possível subnotificação que caberia uma investigação mais profunda sobre o não registro de notificações nesse período, o fato de que a violência sexual afeta mais as meninas/mulheres. A taxa média de violência sexual contra meninos foi de 9,31 para cada 100mil meninos de 0 a 19 anos, enquanto a de meninas foi de 49,37.

Figura 2 - Taxa de violência sexual contra meninos de 0 a 19 anos no Estado do Paraná entre 2011 a 2021.



Apresenta-se 37 municípios com taxas abaixo da média do Estado (0,1 a 5) e 74 municípios com taxas entre 5,1 a 10. Já com taxas mais altas que a média temos 29 municípios (11 a 15), 25 municípios (16 a 20) e 55 municípios com taxas que chegam a ser 10 vezes maiores que a média do Estado (21 a 108).



Os municípios com maiores taxas são Ivatuba, Araucária, Foz do Iguaçu, Mariópolis, Dois Vizinhos, Pato Branco, Mercedes, Ubatuba, Curitiba, Campo Magro, Teixeira Soares, Missal, Flórida, sendo o município de Entre Rios do Oeste com a maior taxa (107,49).

Entre os municípios com altas taxas apresenta-se municípios de fronteira com o Paraguai (Foz do Iguaçu, Mercedes, Missal e Entre Rios) além da cidade de Pato Branco, município que carece de investigação sobre a presença de altas taxas de violência contra crianças e adolescentes de ambos os sexos.

Um estudo recente sobre a violência sexual contra meninos, relata a falta de pesquisas sobre essa temática. Embora meninas sofram mais violência sexual, o estudo discorre sobre a ausência de tal tema em pesquisas no campo da Educação e a necessidade de problematizar esse fenômeno amplo e complexo (SILVA SOUZA; XAVIER FILHA, 2021).

Existe a dificuldade de meninos relatarem suas experiências de violência sexual por questões sociais e preconceito, embora em menor prevalência, a violência sexual masculina também ocorre e necessita de estratégias preventivas na infância e adolescência (KOLLER, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A subnotificação dos casos de violência contra crianças é um problema grave, na medida em que é partir de dados epidemiológicos que gestores pautam, ou deveriam pautar, as ações sociais de prevenção a violência. Essa falta de informação sobre a realidade do fenômeno acaba por se configurar como mais uma forma de violência, que opera no nível estrutural.

Nesse estudo ficou evidente o problema da subnotificação de violência sexual contra crianças e adolescentes, considerando que do total de municípios 14,7% não apresentaram nenhuma notificação de violência em 11 anos.

A capacitação e o pleno conhecimento dos profissionais quanto à importância das notificações, a melhoria na estrutura de trabalho desses profissionais para que consigam efetivamente exercer suas funções, treinamentos sobre a notificação de violência, a existência e efetiva atuação do atendimento em rede são importantes para a diminuição do problema da



violência, especialmente contra crianças e adolescentes, que são mais vulneráveis e necessitam de mais atenção e cuidados.

No que se refere a análise dos territórios violentos, pareceu evidente que as regiões de fronteira são as que possuem mais prevalência da violência necessitando de um olhar do poder público para esses locais. Outro ponto que cabe destacar é sobre a análise da violência em regionais de saúde específicas, identificando suas características e que variáveis podem estar relacionadas as altas taxas de violência nesses territórios.

A violência contra crianças e adolescentes está presente na sociedade e no estado do Paraná não foi diferente, outros estudos precisam ser realizados para compreender melhor as características da violência sexual e contribuir na prevenção desse agravo, especialmente de meninas que são as principais vítimas.

REFERÊNCIAS

SILVA SOUZA, S.; XAVIER FILHA, C. Violência Sexual Contra Meninos E As Discussões De Gênero Para O Campo Da Educação Escolar. **Instrumento: Revista de Estudo e Pesquisa em Educação**, v. 23, n. 2, p. 346–361, 2021.

EGRY, ET AL. Notificação da violência infantil, fluxos de atenção e processo de trabalho dos profissionais da atenção primária em saúde. **Ciencia e Saude Coletiva**, v. 23, n. 1, p. 83–92, 2018.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266>. Acesso em: 16 dez. 2021.

BRASIL, Ministério da Saúde. Banco de dados do Sistema Único de Saúde-DATASUS. Disponível em <http://www.datasus.gov.br> > Acessado em: 16 de dez de 2021.

INSPIRE: sete estratégias para pôr fim à violência contra crianças **OPAS Núcleo de Estudos da**



Violência, 2018.

KATAGUIRI, L. G. et al. Caracterização da violência sexual em um Estado da Região Sudeste do Brasil. **Texto Contexto Enferm [Internet].**, v. 28, p. 1–17, 2019.

KOLLER, S. H. Dados epidemiológicos da violência sexual contra meninos no Brasil. **Psicologia USP**, v. 23, n. 2, p. 395–415, 2012.

LIRA, M. O. DE S. C. E et al. Abuso Sexual Na Infância E Suas Repercussões Na Vida Adulta. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 26, n. 3, p. 1–8, 2017.

MACEDO, D. M. et al. Systematic review of studies on reports of violence against children and adolescents in Brazil. **Ciencia e Saude Coletiva**, v. 24, n. 2, p. 487–496, 2019.

MENEGHEL, S. N. et al. Femicide in borderline Brazilian municipalities. **Ciencia e Saude Coletiva**, v. 27, n. 2, p. 493–502, 2022.

MINAYO, M. C. DE S.; SOUZA, E. R. DE. Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 4, n. 3, p. 513–531, 1997.

MINAYO, M. C. DE S. Violência contra crianças e adolescentes: questão social, questão de saúde. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 1, n. 2, p. 91–102, 2001.

MIRANDA, M. H. H. et al. Violência sexual contra crianças e adolescentes: uma análise da prevalência e fatores associados. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 54, p. 1–8, 2020.

SOUTO, D. F. et al. Violence against children and adolescents: profile and tendencies resulting from Law 13.010. **Revista brasileira de enfermagem**, v. 71, n. suppl 3, p. 1237–1246, 2018.

SPENCER, J. The Sustainable Development Goals. Design for Global Challenges and Goals, p. 12–25, 2021.

SPENCER, J. The Sustainable Development Goals. Design for Global Challenges and Goals, p. 12–25, 2021.